

Governo define intervenções rodoviárias tidas como prioritárias em todo o país

- Cerca de 30 vias rodoviárias definidas como prioritárias
- Complementaridade da rede rodoviária com os grandes projetos em desenvolvimento
 - Reforçar as ligações por autoestradas, sobretudo nas zonas do interior, ligações transfronteiriças, reduzindo a sinistralidade e tempos deslocação, resolver estrangulamentos de mobilidade urbana, sustentabilidade ambiental
 - Avaliar a materialização dos principais eixos rodoviários em modelo de PPP

Infraestruturas de Portugal mandatada para estudar e concretizar um conjunto de projetos

Com vista a promover o reforço da coesão territorial e a promoção de igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, independentemente do local onde vivam, condição para a qual em muito contribuem as vias de comunicação em geral, e a rodovia em particular, o Governo aprovou em Conselho de Ministros uma Resolução que instrui a Infraestruturas de Portugal, S. A. para que proceda ao desenvolvimento das ações necessárias à concretização de um conjunto de projetos de infraestruturas rodoviárias prioritários.

Entre os objetivos a alcançar estão igualmente a complementaridade da rede rodoviária com os grandes projetos em desenvolvimento, como seja o novo aeroporto ou novos eixos ferroviários, bem como dotar as vias existentes de capacidade adequada de mobilidade urbana e de fluidez dos transportes públicos, ou, de não menos importância, promover a segurança através da redução da sinistralidade – dotar a via de condições de segurança e circulação.

Nesse sentido, serão continuados ou efetuados estudos com vista a implementar uma série de projetos rodoviários, bem como executadas intervenções de adaptação, alargamento, requalificação de vias rodoviárias tidas como prioritárias, tais como:

- **Assegurar a continuidade dos projetos rodoviários abrangidos no PRR**, prever a respetiva reprogramação e garantir as condições de financiamento, para a concretização do IC35 entre Rans e Entre-os Rios, para a construção das variantes à EN222 de ligação da A32 a Castelo de Paiva, à EN321-2 na zona de Baião e Lodão e à EN103 prevista no troço entre Vinhais e Bragança;



- **Prevê-se ainda o aumento da capacidade do IP8 (A26)** dando continuidade aos investimentos em curso no corredor Sines a Beja, tendente a uma ligação em via dupla até Beja;
- **Dar sequências às ações necessárias a adaptações, requalificações e alargamentos de vias existentes**, com é o caso da Ponte sobre Rio Maçãs na EN/ER218; a ligação da EN101 com a EN14, designado por Nó de Infias; o acesso ao terminal ferroviário de Alfarelos a partir da EN341; EN222 entre Bateiras e São João Pesqueira; IC2 entre Pombal e Rendinha; EN307 Terras de Bouro; EN233 entre Guarda e Sabugal; ligar o IC35 à EN106 em Rans; IC8 entre Pombal e Vila Velha de Ródão; requalificação do troço da EN224-1 e ligação da Via Lordelo -Codal ao nó da A32;
- **Previstas várias variantes**, como é o caso da EN210, dando sequência à concretização do segundo troço da Via do Tâmega entre Corgo e Arco do Baúlhe (A7); da finalização da ligação da Variante à EN326 entre Santa Maria da Feira a Arouca; intervenção na EN201 e Variante à EN101 em Vila Verde;
- **Destacar novas vias como prioritárias**, como a ligação transfronteiriça IC31 entre Castelo Branco e Monfortinho; o IC35 que liga Sever do Vouga à A25; o IC6 entre Tábua e Folhodoso; a conclusão do corredor da A13/IC3 que inclui os troços entre Vila Nova da Barquinha (A23) e Almeirim e entre Coimbra e o IP3; a ligação do IP2 em Trancoso à A24 na zona de Lamego com a execução do IC26; o IC9 entre Abrantes e Ponte Sor; o troço do IC11 em Lourinhã; IC13 ligando Montijo, Coruche, Mora, Ponte Sor e Alter do Chão; IP2 em perfil de autoestrada entre Portalegre e Estremoz; e estudo da ligação Algés / Trafaria.
- **Eixo Rodoviário Aveiro - Águeda também prioritário por integrar PRR**, e que passará a designar-se como EN 235 após a sua construção;
- **Para melhoria das condições de segurança e circulação** é prevista a concretização em perfil de autoestrada de todo o troço do IP3 entre Souselas e Viseu, que inclui a duplicação do troço entre Santa Comba Dão e Viseu cuja obra está já prevista ser iniciada no decorrer do presente mês.

Para a execução deste ambicioso pacote de infraestruturas, sobretudo no que diz respeito aos principais eixos estruturantes, foi determinado que a IP, S. A. e o IMT, I.P, estudem o modelo de contratação e de gestão a adotar, designadamente a possibilidade de desenvolvimento de algumas novas vias sobre o modelo de Parceria Público-Privada (PPP).



Para o Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, fica assim mais uma vez claro que a mobilidade é, para este executivo, um fator fundamental não só para a existência de verdadeira liberdade, individual e coletiva, mas também para reduzir custos de imobilidade maximizando o retorno socioeconómico global.